

A conquista da palavra como forma de resistência na Diocese de Crateús

Conquering the word as a form of resistance in the Diocese of Crateús

Sávio Mendes  

saviomendes08@gmail.com

Universidade Federal do Ceará - UFC

RESUMO

Inaugurada em 8 de agosto de 1964, tendo como primeiro bispo Dom Antônio Batista Fragoso (1964-1998), a Diocese de Crateús surge como espaço de fertilização de uma teologia popular, trazendo uma proposta alicerçada no processo de libertação dos sujeitos camponeses. Sustentada a partir das bases, pelo protagonismo dos camponeses, a pastoral desenvolve uma série de trabalhos de incentivo à escrita e leitura, na perspectiva popular e radical, tendo como foco de reflexão a vida desses sujeitos e seu espaço de atuação social. Esse artigo propõe pensar como a conquista da palavra influenciou a formação de resistências, lideradas por homens e mulheres do campo dos sertões de Crateús e Inhamuns. As cartas remetidas ao jornal “O Roceiro”, veículo criado pela equipe diocesana de Crateús, tendo seu início no ano de 1984, e as *Cartas Abertas* que circulavam entre paróquias e comunidades, demonstram como a conquista da palavra servia como forma de articulação das resistências.

PALAVRAS-CHAVE

Diocese de Crateús. Conquista da palavra. Resistência.

ABSTRACT

Inaugurated on August 8, 1964, with Dom Antônio Batista Fragoso (1964-1998) as its first bishop, the Diocese of Crateús emerged as a space for the fertilization of a popular theology, bringing a proposal based on the liberation process of peasant subjects. Sustained from the grassroots, by the protagonism of the peasants, the pastoral develops a series of works to encourage writing and reading, in the popular and radical perspective, having as a focus of reflection the lives of these subjects and their space of social action. This article proposes to think about how the conquest of the word influenced the formation of resistance, led by men and women from the countryside of the backlands of Crateús and Inhamuns. The letters sent to the newspaper “O Roceiro”, a vehicle created by the diocesan team of Crateús, starting in 1984, and the Open Letters that circulated between parishes and communities, demonstrate how the conquest of the word served as a form of articulation of resistances.

KEYWORDS

Diocese of Crateús. Conquest of the word. Resistance.

Submetido em:
31/07/2023

Aprovado em:
11/09/2023

Publicado em:
08/12/2023

1 Diocese de Crateús: uma igreja de base e popular

Localizada nos sertões de Crateús e Inhamuns, a Diocese de Crateús foi inaugurada em 8 de agosto de 1964, sendo nomeado Dom Antônio Batista Fragoso como seu primeiro bispo, ficando a sua frente por 34 anos (1964 – 1998). Tendo responsabilidade eclesial em 12 municípios¹, sua construção faz parte do contexto de transformações ocorridas na década de 1960, no âmbito da Igreja Católica na América Latina. O Concílio Vaticano II (1963 a 1965) é a marca dessas mudanças, enfatizando a missão social e a importância do laicado na noção da Igreja como povo de Deus (MAINWARING, 1989, p.62). Além do Vaticano II, o Pacto das Catacumbas (1965), ocorrido a três semanas do encerramento do concílio, reuniu padres conciliares na periferia de Roma para reafirmar o enfoque no pobre, seus sofrimentos, suas necessidades, suas lutas e esperanças, assumindo o propósito de uma *Igreja servidora e pobre* (BEOZZO, 2015). Dom Fragoso esteve presente nesses dois eventos, influenciando, posteriormente, nos rumos pastorais da diocese.

As primeiras ações adotadas pela pastoral estiveram direcionadas aos trabalhos na base, estimulando a autonomia nas atividades eclesiais e sociais dos leigos. Para isso, entre os anos de 1965 a 1967, Dom Fragoso promoveu as Semanas Catequéticas, momento em que pôde conhecer a gente local, o chão, a terra, a realidade de cada comunidade, a estrutura familiar, a doutrina de fé e a dimensão social dos projetos. Em cada paróquia, “mobilizando pais, catequistas, professores de religião nas escolas e párocos”, a pastoral buscou descentralizar os serviços ministeriais das matrizes, motivando uma participação mais efetiva na formação da Igreja por parte das comunidades rurais espalhadas pelo interior das paróquias (FRAGOSO, 2005, p.41).

As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) representou o cerne desse projeto de Igreja Popular, reunindo o povo em *comunidades*, pela perspectiva *eclesial* dos leigos. Frei Beto define as CEBs como “pequenos grupos organizados em torno da paróquia (urbana) ou da capela (rural)”. Para ele, são comunidades, porque reúnem pessoas que têm a mesma fé, vivendo uma comunhão em torno de seus problemas de sobrevivência, de moradia e de lutas por melhores condições de vida. São eclesiais, porque congregam na Igreja núcleos básicos de comunidades de fé. São de base, porque integram pessoas que trabalham com as próprias mãos (BETO, 1985). Dom Fragoso as entendia como “a Igreja na base, o espaço de participação popular, no qual o povo do campo, os pequenos, os pobres, os fracos, os oprimidos se tornassem sujeitos do seu próprio progresso, protagonistas de sua própria história” (FRAGOSO, 1982, p.35).

Segundo o diácono e sociólogo Alder Júlio F. Calado, um dos escritores do livro “Igreja de Crateús (1964 – 1998): uma experiência popular e libertadora”, as periódicas reuniões das CEBs se inspiravam no método do *ver, julgar e agir*² (CALADO, 2005). Na Diocese de Crateús, este método orientava os trabalhadores rurais na leitura do Evangelho, interpretando-o a partir das suas realidades.

1 Os seguintes municípios formam a Diocese de Crateús: Tauá, Crateús, Parambu, Queterianópolis, Independência, Novo Oriente, Poranga, Nova Russas, Ipueiras, Tamboril, Monsenhor Tabosa e Ipaporanga.

2 Prática pedagógica desenvolvida pelo padre belga José Combin, instituída nos movimentos leigos. O método ver-julgar-agir trouxe uma nova maneira de interpretar a ação reveladora de Deus na história.

Antes da chegada a Crateús, Antônio Fragoso auxiliava, em São Luiz do Maranhá, o Arcebispo Dom Delgado, onde possuía forte ligação com a classe trabalhadora junto à Juventude Operária Católica (JOC), adquirindo experiência com a pedagogia popular da classe operária urbana.

A pedagogia citada nasce da necessidade de construir uma metodologia que adotasse as experiências como ponto de compreensão da conjuntura social, econômica, política e eclesial. Assim, o subsídio do IV Curso Interegional, ocorrido na cidade de Recife³, explica essa metodologia do trabalho popular, considerando três pontos: partir da prática (VER). teorizar a partir da prática (JULGAR). transformar a prática (AGIR).

A dinâmica ensinada precisa contar com a participação ativa dos componentes, trazendo experiências locais para pensar aspectos gerais, seja regional ou nacional. No ponto VER, é necessário saber “com que população se trabalha”, “de qual prática se parte”, considerando questões objetivas e subjetivas de cada comunidade, exemplo das “necessidades imediatas, dos problemas”. “o que as pessoas pensam, ou sentem, ou gostam”. O aspecto JULGAR é o momento em que as experiências são teorizadas. Aqui, questiona-se a ligação da vivência local com outras experiências. refletem aspectos conjunturais e estruturais. busca-se uma visão global da realidade. Por último, o AGIR é a fase propositiva do método, momento em que os problemas levantados serão “solucionados”, saindo do campo teórico para a transformação social. Assim, pormenores do cotidiano deveriam ser contemplados, como o pessoal e o familiar, o escolar, o sexual, o sindical, o político partidário, o eclesial, e outros.

Dessa forma, percebemos como a diversidade de demandas de cada região torna a construção de uma igreja popular e de base uma atividade complexa e cheia de nuances. Contudo, mesmo com essa dificuldade, assumir o Ver, Julgar e Agir como norteador, realça o lugar da Diocese de Crateús como um espaço onde o povo é envolvido no curso das decisões. Esse modelo contrasta com a perspectiva centralizadora predominante no interior das igrejas cristãs, concebido essencialmente como instrumento de propagação doutrinária e espaço assistencialista (PORTO, 2007, p.19). Em Crateús, a intenção primeira era a formação de uma Igreja “popular e libertadora”. por isso, sua fundamentação pastoral, orientada pelo *Cristianismo da Libertação*, para usar um termo articulado por Michael Lowy⁴, percebia no pobre um sujeito histórico, ator de sua própria libertação, capaz de mobilizar pessoas ao redor de objetivos comuns (LOWY, 2016).

A CEB foi o ambiente cunhado para materializar esse desejo, tendo em conta sua proximidade com as carências das comunidades, formadas em pequenos grupos e dirigidas por lideranças locais. Para sua realização de fato, a metodologia que iria reger esses encontros deveria está aliada ao comunitário. Atenta a esse movimento, os cursos e os seminários direcionavam seu ensino obedecendo a esse método. O seminário *Reforma Agrária, Exigência do Reino de Deus*, criado no intuito de “conhecer as propostas

3 O Curso Metodologia do Trabalho Popular foi uma iniciativa da Pastoral da Juventude do Meio Popular do Nordeste, ocorrido entre os dias 9 a 12 de fevereiro de 1989, com o objetivo de partilhar experiências da metodologia popular com jovens do Nordeste. In: *Metodologia do Trabalho Popular : VER, JULGAR E AGIR*. Subsídio do IV Curso Interegional. Bloco Nordeste (PJMP), 1989.

4 Michel Lowy amplia o termo Teologia da Libertação para Cristianismo da Libertação, por entender que Cristianismo é um conceito mais largo que “teologia” e inclui tanto a cultura religiosa e a rede social, quanto a fé e a prática. In: LOWY, Michel. O que é Cristianismo da Libertação: religião e política na América Latina. – 2 ed – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2016.

e as práticas de Reforma Agrária existentes à luz da fé”, vistas “a partir dos interesses dos pequenos agricultores empobrecidos”⁵, demonstra como temáticas candentes aos camponeses poderiam ser trabalhadas de maneira coletiva.

O seminário contou com a assessoria de Dom Aloísio Lorscheider, técnicos cearenses, o pastor Milton Schwantes, José de Sousa Martins, Ivo Poletto, representantes da CPT Nacional e Herbert José de Sousa (Betinho), do IBASE. Coube a Milton Schwantes a reflexão a respeito da Reforma Agrária na perspectiva bíblica. Para ele, a estruturação coletiva começa desde a hermenêutica bíblica, quando o pastor dialoga com o engajamento social e coletivo, contextualizando a presença da Reforma Agrária já no tempo da Bíblia. Não obstante, a clarividência da mensagem só ocorre devido a uma leitura em mutirão:

Só se entende a Bíblia quando lida em MUTIRÃO. Por ser leitura comunitária, ela é muito radical. É uma leitura leiga, popular, profundamente ESPIRITUAL, porque não é leitura feita ao pé da letra, fundamentalista. Lê-se a Bíblia e procura-se interpretá-la.⁶

Schwantes entende que a leitura individual, em especial, a dos especialistas, teólogos, padres, bispos e pastores, deve ser conferida pela comunidade. A cartilha de número 35 aprofunda esse debate, mostrando que a radicalização da leitura ocorre quando feita em mutirão, momento em que a comunidade leiga se aproxima do texto bíblico, transformando-a em leitura popular. Esse tipo de leitura assume o papel de uma “tribuna popular, num espaço da voz do povo”, propenso a discordância e contextualização, integrado aos fatos elementares da vida camponesa, pois “ao falar dos personagens, das figuras e das coisas bíblicas, o povo também vai falando de si”. As comunidades devem forjar um “pequeno comício” para não pender a uma análise “dogmática e controladora”, abstraindo questões do cotidiano.

Nessa prática, vincular a leitura bíblica com a vida está longe de ser tarefa fácil, especialmente porque a palavra “vida”, colocada de forma isolada, e por ser muito geral, pode suportar vários tipos de traduções. Olhando para o habitual, a interpretação da “vida” alcança um modo específico de representação. Nos sertões de Crateús e dos Inhamuns, a “vida” significa trabalho, sobrevivência, resistência, terra. Numa leitura abstrata, os signos seriam outros. No entanto, é impossível pensar o termo “libertação” sem a associação à “teologia da terra”, especialmente em um contexto onde os principais interessados na mensagem convivem diariamente com a desigualdade, a opressão, a injustiça e a expropriação.

2 Jornal “O Roceiro” e a conquista da palavra

A conquista da palavra contemplou o processo de reflexão, bem como modificou as formas de resistir em Crateús. As movimentações sociais passaram a ter uma comunicação mais interligada, transformando conflitos, antes localizados e distantes, em reivindicações mais fortes e organizada. O Evangelho escrito pelo apóstolo João já preconiza a aliança entre Verbo e Palavra: “No princípio era o

5 Cadernos Pastorais, Nº24: Reforma Agrária, Exigência do Reino de Deus. Fortaleza: CNBB – Secretariado Regional Nordeste I. p.3. Novembro, 1984.

6 Idem. Nº 24: Reforma Agrária, Exigência do Reino de Deus. p.10.

Verbo, e o Verbo estava com Deus e o Verbo era Deus” (Bíblia Almeida Corrigida e Fiel). Em seu primeiro versículo, traz a força do Verbo na constituição de tudo: No princípio era o verbo. João escolheu o “Verbo”, em outras traduções, a “palavra”, para ser o precedente da criação. Antes da ação, vem o verbo.

Em Crateús, a conquista da palavra ganhou esse lugar, servindo como diferencial no ato de resistir às investidas contra o projeto de pastoral popular. A criação em 1984 do Jornal “*O Roceiro*”, descrito por padre Maurizio Cremaschi “como uma experiência de acolhida e difusão da escrita das Comunidades”, mostra como a prática da leitura e escrita modificou a maneira dos sujeitos de resistirem às violências ocorridas no campo. *O Roceiro* é o resultado da junção de dois jornais que existiam na diocese: o *Retrato das Paróquias*, das comunidades da área sul, e *O Roceiro*, do boletim da CPT diocesana. O objetivo da fusão estava em “somar as forças, para ser um melhor instrumento de comunicação”. A equipe diocesana da CPT de Crateús compôs o primeiro grupo a frente do jornal. Contou com a colaboração de padres, irmãs e membros de grupos de base, como Zé Vicente, irmã Cleide, padre Paco, Lucinha, entre outros. Toda a equipe esteve responsável por organizar as cartas, os versos, informações importantes sobre a diocese e as comunidades, além de estudos da Bíblia e realidade social, “abrindo horizontes para o que acontecia no Brasil, na América Latina, no resto do mundo”. Sustentado pelo voluntarismo e o baixo custo nas despesas, o jornal usava as dependências das paróquias para divulgação e distribuição dos exemplares. O material era feito digitado em uma “Olivetti”, copiado pelo mimeografo, enviado para as secretárias pastorais para serem distribuídos entre os assinantes de cada município.

Procurando manter o preço da assinatura acessível a um número satisfatório de pessoas, *O Roceiro* começou com dez páginas mimeografadas, com capa, “impressa na cor da terra”, estampando “um menino com uma enxada nas costas”. O periódico fez tanto sucesso que nos primeiros três meses já contavam com mais de quatrocentas assinaturas. No ano seguinte a sua fundação, a direção encomendou uma pesquisa entre os leitores, tornando pública no boletim do ano seguinte, mostrando os resultados e interpretações. O título do número de janeiro-fevereiro é “*O Roceiro tem dez mil leitores*”.

Recebemos quase cem respostas à cartinha d’O Roceiro. Obrigado a todo mundo pela atenção. As respostas vão nos ajudar a fazer um boletim sempre mais bonito. O que aprendemos das respostas recebidas?

1) O Roceiro é muito lido: uma média de nove pessoas lêem uma cópia do jornal. No total está sendo lido por dez mil leitores!⁷

A sua escrita se dava a muitas mãos. O conteúdo vinha essencialmente das notícias enviadas por meio das cartas, o que a tornava a “parte central do jornalzinho”. Objetivando ser um “porta-voz das lutas e vitórias do povo trabalhador”, viabilizou um tipo de comunicação comunitária de grande alcance. Esse fator desembocará em estratégias de resistências, amplificando as pressões pela socialização das experiências.

Em *Barra do Riacho*, município de Crateús, 22 famílias tiveram “sua pequena horta na vazante do açude Bolsão” destruída pelo filho do grande proprietário da região, Luiz Batista da Silva. Raimunda Pereira de Sousa, pertencente a uma das famílias prejudicadas, relata esse episódio, por meio de

7 *Dom Fragoso & Padre Alfredinho : entre nós* / Orgs. Adelaide Gonçalves, Lucas Assis, Monyse Ravena, Romário Bastos, Salete Vale. – Fortaleza: Plebeu Gabinete de Leitura, 2020. p.63.

carta remetida ao jornal, com a finalidade de partilhar “os acontecidos e invasões” naquela comunidade. O ataque ocorreu passada uma semana desde o início dos trabalhos na roça, quando as famílias ainda estavam levantando recursos para comprar sementes. Em um “carro-tombeira”, acompanhado por nove capangas armados com foices, Luiz Antonio mandou cortar totalmente o arame da horta, danificando toda plantação do local. Ante a truculência, muitas famílias passaram a temer pelas suas vidas, mas não desistiram do enfiamento, pois a subsistência de todos dependia da manutenção da horta. Nesse misto de sentimentos, as mulheres tomaram a dianteira do conflito, fazendo plantões no local.

Escrever sobre o ocorrido significava oportunizar outras pessoas a conhecerem a invasão e as ameaças. A comunidade em *Barra do Riacho* clamava por orações, agregando o componente da fé para superar as adversidades terrenas, e convocava companheiros vizinhos a visitarem o local, oferecendo auxílio e “palavras que deem coragem”. Essa seria uma ação deliberada das famílias, deixando claro que o envio daquelas informações tinha um principal intuito: “pedimos para publicar esta carta aos demais grupos para os companheiros das CEBs”⁸. A carta foi integrada a edição de número 4 do jornal, acrescida de uma “notícia de última hora”, presente na parte inferior do material publicado:

Hoje, dia 20, acabamos de saber que o número de famílias que entrou nesta luta já chega a 18. A situação está bastante tensa e os advogados estão acompanhando dos dois lados. Vamos rezar por eles e apoiar com visitas ou cartas⁹

Por meio das missivas os camponeses recorriam a parcerias, em especial pelo fator aglutinador que o alcance da mensagem provocava. Em uma realidade agrária, em que quem dá as cartas é o poder repressor dos latifundiários, utilizar um meio de comunicação popular e de projeção comunitária, fluía como uma tática imperativa. Em casos de violação das roças, inclusive nas expropriadas para fins de Reforma Agrária, a justiça agia com conveniência ao “poder dos donos”, para usar um termo de Marcel Bursztyjn, reduzindo os pequenos camponeses a uma condição fortuita. Nesse cenário adverso, a articulação com outros sujeitos tornou-se uma boa estratégia.

A circulação dessas informações furava o monopólio de influência de muitos mandatários, acostumados a exercer pressão na população local. É o caso do vereador e bancário Zé Cláudio, proprietário no município de Ipueiras, responsável por anos de enalce a família do pequeno agricultor Antonio Ferreira Magalhães. Nesses sertões, além de toda mobilização para conquistar a terra, os camponeses precisavam de uma força ainda maior para permanecer ligado a ela. Para essas pessoas, plantar era sempre um exercício provisório, sem grandes certezas de colher os frutos desse trabalho. As enormes extensões agricultáveis pareciam insuficientes para os fazendeiros, carecendo das pequenas roças, já não mais para aumentar somente os lucros, mas sua capacidade de exploração e submissão dos despossuídos aos seus caprichos e ojeriza.

O privilégio econômico e político de Zé Cláudio, em *Ramadinha*, intimidava os moradores da região, sufocando ainda mais os esforços de Antonio na manutenção de sua plantação, tendo que conviver com a violação de suas contratações, escavação de cacimbão (sem seu consentimento), entre outras importunações. Pelas cartas, percebemos as tentativas de resolução dos imbróglios pelo diálogo,

8 “A luta por uma vazante”. “*O Roceiro*”. CPT Crateús-CE, nº 4, de setembro/1984. p.4.

9 Idem. “A luta por uma vazante”, nº 4, setembro/1984. p.4

todas sem sucesso e seguidas de ameaças:

Zé Cláudio mandou 3 trabalhadores inconscientes cavar um cacimbão dentro das minhas contratações. Eu conversei muito com eles e eles foram embora. Eu falei para um morador que está do lado do patrão que Zé Cláudio viesse para nós se entender. Zé Cláudio veio no lugar onde ele quer fazer o cacimbão e ameaçou de me botar fora sem direito a nada.¹⁰

Escrever ao jornal era a forma encontrada para pedir orientação, tendo em vista às pressões a que a família era submetida, adicionada pela falta de informação, como descrito por ele mesmo: “a gente não tem orientação mas vai aprendendo devagar”. Antonio compreendia que por meio “d’O Roceiro” era possível conseguir apoio de outros “companheiros da luta, da CPT, da CUT e do PT”, fortalecendo o poderio para defesa de sua família. Nessa primeira carta, enviada em 1988, Antonio mostrava-se um pouco perdido, sem muita “orientação”, mas disposto a aprender a melhor agir para reverter anos de sabotagem. No ano seguinte, ele escreve novamente, agora, com outra postura, menos acanhada e compreendendo de forma mais clara seus direitos, mas igualmente preocupado com os rumos e a falta de resolução do conflito. O sindicato passou a fazer parte da vida da família, participando com sua esposa de reuniões da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Isso mudou, inclusive, o perfil de sua escrita e alegação de sua defesa:

Estou com 27 anos que moro na Ramadinha e todos os anos pago renda. A renda de 88 foi 20 quartas de farinha, 4 quartas de milho, 4 quartas de arroz, 12 mil e 16 rapaduras. Foi batido o documento no sindicato.¹¹

Antonio passava a se expressar de forma mais inteirada sobre o assunto, entendendo seus deveres, e, por isso, cobrando seus direitos. Fazia questão de apresentar o pagamento da renda solicitada, reiterando os anos que passou residindo no local. Ainda que fosse o dono “de fato”, para a justiça, não o era “de direito”, pendendo sempre para os interesses de Zé Cláudio, o que tirava constantemente o sossego do camponês. Com poucas garantias, acabou por recorrer ao sindicato para receber auxílio de um advogado. Acompanhando todo o processo e conhecedor da realidade de *Ramadinha*, as respostas do advogado pareciam sempre vagas, sem muita clareza de vitória. As medidas legais favoreciam apenas o invasor, não por acaso vereador, bancário e grande proprietário. Contando com o apoio do Juiz de Direito, Luiz Timbó, que defendia a tese que se Antonio fosse plantar na roça, “Zé Cláudio podia arrancar”, o caso caminhava para um descaso completo. Esse fato encorajou Zé Cláudio a seguir com a violação das terras.

Na sua última carta, Antonio menciona que a opressão durou 16 anos, sendo 4 desses anos travados na esfera judicial. Para ele, a luta por justiça foi grande e o desfecho parcialmente favorável à família, que recebeu uma compensação financeira. Em 1990, a querela terminaria com um acordo de indenização de “16 mil cruzeiros”, possibilitando a compra de “uma área de terra com uma casa”.¹² Ao fim, Antonio faz questão de deixar claro que o acordo somente aconteceu por conta da preocupação da família, desgastada e receosa pelo pior. Termina com a assinatura: “um abraço do companheiro Antonio

10 “Ameaça de botar fora”. “O Roceiro”. CPT Crateús-CE, nº 1, jan/fev/1988. p.5

11 “Três anos de perseguição”. “O Roceiro”. CPT Crateús-CE, nº 3, mai/jun/1989. p.4.

12 “16 anos de luta”. “O Roceiro”. CPT Crateús-CE, nº2, mai/jun/1990. p.2.

Ferreira Magalhães”.

Como citado anteriormente, o jornal “*O Roceiro*” nasceu da fusão do jornal “*Retrato das Paróquias*” com *O Roceiro* da CPT. O primeiro tinha o encargo de reunir histórias de vida das comunidades, concatenada com os ensinamentos bíblicos para uma leitura do tempo presente. Ele compunha as celebrações de domingo, sendo a primeira leitura, o pontapé inicial que “ajudava a descobrir os apelos de Deus para as outras comunidades que estavam celebrando”. Da mesma forma que nas novenas os santos da igreja eram rememorados, nesses encontros a vida dessas pessoas é que tinham a centralidade na reflexão, dando uma maior sensação de identificação. Já *O Roceiro* contava a peleja de todos os dias, trilhando para a conquista da terra, mostrando a organização e luta dos trabalhadores.

Nosso *Roceiro* de hoje nasce do casamento desses dois jornais, que naquele tempo eram impressos no mimeógrafo com muita simplicidade e eram lidos em voz alta para a comunidade reunida, à luz da lamparina, pelas poucas pessoas que tinham o dom da leitura. Hoje, assim 59 como naquele tempo mais antigo, *O Roceiro* quer dar a voz aos protagonistas ou atores principais da história das comunidades e da luta dos trabalhadores.¹³

Quem lê o *Roceiro*, o faz porque quer conhecer a vida e a fé de seus pares, gosta de se inteirar das notícias e compartilhá-las aos outros. A leitura das cartas era o momento mais esperado, estando nas páginas principais do jornal, lidas em todos os lugares: “nas calçadas, nas celebrações, nas reuniões, no caminho da roça, indo buscar água”. A partilha da leitura integrava a programação na visita aos parentes, nos momentos de lazer, “tomando banho nos açudes”. O jornal tornou-se um lugar de socialização, de conhecimento, de ajuda, indo desde as notícias sobre a Reforma Agrária, até descrições de receitas de remédio.

3 A conquista da palavra e as formas de resistência

A cultura da carta como método reivindicatório fomentou um novo poder de mobilização entre as pessoas, articulando diferentes comunidades em razão de pautas de interesse comum. Em adição as cartas pessoais remetidas ao periódico popular, as *Cartas Abertas e Paroquiais* trouxeram uma função associativa muito forte. Nesse modelo, a escrita tomava feição coletiva e cooperativa, forjada depois de longas conversas entre os interessados. Normalmente, os debates que antecediam a escrita eram feitos nas casas das famílias, ou nas dependências das paróquias locais, ou na sede da CPT, dependendo do grau do problema, convocava assembleias maiores, com a participação de mais pessoas, que se somavam para pensar melhores estratégias.

A grande seca que assolou os sertões de Crateús e Inhamuns nos anos de 1979 a 1984 demonstra, claramente, como esse tipo de escrita ocorreu na prática. No período em questão, diversas cartas foram produzidas para denunciar os efeitos da seca: dificuldade na plantação e colheita, diminuição das reservas de água, maximização das pragas, inviabilização no custeio da produção agrícola. Um verdadeiro cenário apocalíptico, ornamentado pela fome, sede, doenças e desemprego.

13 *Dom Fragoso & Padre Alfredinho : entre nós* / Orgs. Adelaide Gonçalves, Lucas Assis, Monyse Ravena, Romário Bastos, Salete Vale. – Fortaleza: Plebeu Gabinete de Leitura, 2020. p.49.

Nos primeiros anos, para minimizar esses efeitos, o Governo Federal adotou as chamadas frentes de serviço, caracterizadas pela ocupação do trabalhador na execução de obras e serviços em propriedades rurais. A iniciativa durou pouco tempo, já que, assim como outras políticas agrárias, nasceu viciada. Por ser situada no semiárido do Ceará, com uma população predominantemente rural e estritamente dependente do campo, a região recebia recursos de vários programas. Segundo Francisco de Oliveira, no Nordeste, a intervenção dessas políticas oficiais, normalmente, esteve a beneficiar fazendeiros e propriedades particulares (OLIVEIRA, 1977). As frentes de serviço surgem imersas nesse vício, formando núcleos de trabalho, que nem de longe serviriam para solucionar os problemas sociais. Pelo contrário, os cadastrados nas frentes de emergência registrariam vários episódios envolvendo falta ou insuficiência no pagamento, assédio psicológico e físico, descarte da força de trabalho, entre outras barbaridades cometidas pelos responsáveis pelo programa.

A Emergência, que foi concedida pelo Governo, só atingiu uma minoria (10%) dos trabalhadores do campo, e não atendeu, realmente, a quem tinha maior necessidade. e, ainda os que têm bolsa, passam a mesma precisão, porque o salário de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) por dia, não sustenta uma família.¹⁴

Em muitos municípios existiam os Bolsões da Seca, construindo obras emergenciais em determinadas localidades. As cartas dos participantes do programa trazem, com riqueza de detalhes, os desvios de finalidade dos recursos, atingindo um número insuficiente de pessoas desde a sua concepção. Pelo documento produzido por moradores das comunidades e representantes sindicais, em 1981, o contingente beneficiado “não atendeu, realmente, a quem tinha maior necessidade”. Esses documentos eram devidamente assinados por todos, dando um caráter comunitário às reivindicações. Vez ou outra, ao final do documento, existia a assinatura do bispo diocesano Dom Frago, reiterando o pleno apoio aos apelos.

O alvo desses documentos, posteriormente intitulada de *Cartas Abertas*, era que fosse endereçada às autoridades políticas do Estado e do país, além dos diretores dos programas. Doravante, os destinatários passaram a contemplar também os municípios e dioceses vizinhas, em uma clara sinalização estratégica de articulação das forças locais para o enfrentamento daqueles conflitos. A carta começava mencionando os endereçados, seguida pela descrição de quem e dos motivos que levariam à escrita.

Nós agricultores, representantes de comunidades rurais e dos bairros de Crateús, em conjunto, tomamos a iniciativa de novamente voltar a colocar a nossa situação neste ano de 1982, denunciar abusos que vem ocorrendo e fazer nossas reivindicações.¹⁵

Os pontos que seriam abordados passavam pelo crivo da comunidade, autorizando o conteúdo veiculado através da assinatura dos representantes legais dos bairros e comunidades: “autorizado pela assembleia reunida”. “assinam os membros das CEBs e grupos da Pastoral Paroquial de Crateús”. “assina a comissão escolhida pelos trabalhadores”. “com autorização de todo o povo reunido, que participou da elaboração deste documento”. A assinatura e autorização trazia o sentido comunitário à

14 Documento Frente Social Cristã de Crateús, 19/03/1981. Acervo Comissão Pastoral da Terra.

15 Documento Reivindicatório: Crateús, 05 de maio de 1982. Acervo Comissão Pastoral da Terra.

carta, descontruindo qualquer inferência alienante sobre o conteúdo ali colocado ou mesmo os interesses e motivações de quem a escreveu.

Outra característica dessa construção estava nas muitas discussões que antecederiam a escrita. Os camponeses organizavam momentos para debater a situação do momento, convidando a comunidade a comparecer a assembleias, encontros diocesanos, simpósios, reuniões em CEBs e paróquias. Nos dias 19 e 20 de março, do ano de 1983, trabalhadores e membros das comunidades promoveram os Encontros Diocesanos da CPT. O encontro gerou uma *Carta Aberta*, “com a finalidade de divulgar a nossa situação de sofrimento”, passado mais um ano de seca sem nada de realmente concreto ter sido feito. Sempre era reservado um lugar especial para apresentar as denúncias:

Em muitos lugares existem os bolsões da seca, mas no geral não empregam todos os que precisam. Em quase todos não chega a atingir nem a metade dos que foram empregados em 1981. Exemplo em Independência em 81 havia 11 mil empregados, agora não chega a 5 mil. Em Crateús, eram mais de 9 mil empregados em 81, agora são apenas 6 mil etc.¹⁶

O alistamento ocorria de forma vagarosa, “de conta-gotas”, cansando o já muito sofrido povo daquela região. As mulheres e os jovens eram os que menos conseguiam serviço, convivendo constantemente com humilhações. Desde o começo, as mulheres eram recebidas com “expressões indecorosas”. “palavrões imorais”. “desrespeito”. Em Tauá, um soldado do exército reprimiu as mulheres que lutavam por emprego, agredindo com frases de baixo calão: “se vocês querem ganhar dinheiro, vão abrir as pernas”. Crescia o número de abortos ocorridos nos “bolsões”. Em Tauá, uma mulher chegou a ter sua gravidez interrompida, fato que se repetiria em Crateús. Acabava sendo comum a existência de grávidas nesses locais, participando de trabalhos pesados, em condições totalmente insalubres para o desenvolvimento do feto. O risco alto fazia com que muitas crianças não chegassem nem a nascer, interrompidas ainda na gestação.

Nascer também não era garantia de viver. Com o prolongamento da carestia, a mortalidade infantil cresceu consideravelmente, pela fome ou acometidas por doenças como a tuberculose. Alguns recebiam assistência, mas não resistiam ao tratamento. outros, nem isso. No bairro de Nova Russas, e em outros lugares, “muita gente escapando com raízes de mato mucunã, tripa de galinha (aonde tem granja)”. Nos “bolsões” que ofereciam “cestão ou feira”, a quantidade era insuficiente e com poucos produtos. Famílias com mais de cinco filhos tinham a prioridade, contudo, não existia nenhuma garantia para a realização dessas doações.

O tempo de recuperação não existia, fazendo com que muitos desfalecessem pelo caminho. Nos “bolsões” de Independência e Tauá, os administradores obrigavam “o povo a trabalhar aos domingos, dizendo que vão dar férias em dezembro”. Muitos morriam na própria obra, como nos casos registrados nos “bolsão de Açudinho” (1983) e “Quirino” (1984), quando Sebastião Nobre e João Brito, respectivamente, faleceram em decorrência da insalubridade do trabalho. Na localidade de Quirino, a fome era tão grande, que 9 pessoas ficaram cegas. “Quando essas pessoas recebem alimento, a vista se recupera um pouco”.¹⁷

16 Carta Aberta ao Povo e às Autoridades, março/1983. Acervo Comissão Pastoral da Terra.

17 Denúncia da gestão do Ten. Cel. Borges nos Bolsões da Seca de Crateús – CE, março/1984. Acervo Comissão Pastoral da Terra.

Contudo, os sujeitos agredidos não assistiam passivamente a sua exploração. As cartas apareciam exatamente como plano para frear esses desmandos. O suporte dado pela Diocese de Crateús seria fundamental, facilitando o compartilhamento das acusações. A primeira carta, nominada como “Carta Aberta ao Povo e às Autoridades”, foi distribuída pelas dioceses do Ceará. As dioceses que possuíam os meios de compartilhamento ajudavam na distribuição. Esse foi o caso da Diocese de Iguatu que, ao receber a carta, logo fez circular por meio do seu boletim “*Construção*”, alargando as fronteiras municipais. Diferentes comunidades, nos mais variados municípios, passaram a tomar consciência dos inconvenientes nas frentes de emergência, potencializando o valor da mensagem na busca por soluções.

Por esse apoio vindo de todos os cantos, a Diocese de Crateús teve marcação cerrada, nunca saindo da mira das autoridades.

Está havendo uma repressão clara e direta ao trabalho pastoral da Igreja junto ao Povo. Um exemplo é o processo contra a Irmã Cleide, Sebastião Barbosa Amorim, Francisco José da Silva, e Sebastião Mano, de Novas Russas, baseado em mentiras e falsos testemunhos. Já houve também proibições para celebração de Missa nas áreas dos Bolsões, até mesmo contra o nosso bispo, D. Antônio Fragoso.¹⁸

Passado alguns meses desde a divulgação da primeira carta, membros das comunidades e da Pastoral da Terra resolveram convocar mais uma reunião para refletirem a caminhada. Desse encontro desabrochará a segunda carta ao povo e às autoridades, regada de diagnósticos, mencionando as perdas e os ganhos das mobilizações. A escrita vinha a reboque das partilhas de conversas, palavras de incentivo, troca de conhecimentos e experiências. Representantes de dez municípios marcaram presença, contabilizando um total de sessenta trabalhadores, número superior ao do primeiro encontro. A carta marcava a reafirmação e renovação dos votos de luta, estabelecendo prognósticos, queixas, metas e objetivos.

No entanto, as reivindicações não se resumiam aos “bolsões”, visto que a vida desses sujeitos, sobretudo antes da seca, esteve alinhada ao sustento tirado da terra. Os camponeses exigiam a otimização do horário de serviço, caso contrário não sobraria tempo para cuidarem “do plantio e da limpeza das roças”. que houvesse a diminuição dos deslocamentos, poupando novamente o tempo e o cansaço. distribuição de sementes para plantar, independente de “estar alistado ou não nas bolsas ou Frente de Serviço”.

Um dos pontos mais levantados nas reuniões fiava-se no saldo de todo aquele investimento do Governo nas “frentes”: afinal, o trabalho empreendido nas obras beneficiaria quais grupos?! Os camponeses não queriam uma reprodução das falhas dos outros programas, mas uma “utilização pública das obras construídas pelos Trabalhadores nos Bolsões”:

Toda esta forma como estão querendo acabar com a Seca no Nordeste: com Campanhas assistenciais, cheias de propagandas e interesses politíqueiros. E as obras que ficam para sustentar o Poder dos Ricos e Patrões, sem uma mudança na política que sustenta o poder daqueles que sempre ganharam com a Seca e sem haver uma Reforma Agrária verdadeira para que a Terra sirva para quem quer trabalhar e produzir, mesmo que haja o Estatuto da Terra completando seus 19 anos!¹⁹

18 Carta aberta ao povo e as autoridade (II), novembro/1983. Acervo Comissão Pastoral da Terra.

19 Carta aberta ao povo e as autoridade (II), novembro/1983. Acervo Comissão Pastoral da Terra.

Na carta enviada ao Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis/Grupo, Ação, Justiça e Paz²⁰, verifica-se a preocupação dos camponeses em repetir os mesmos erros do passado, beneficiando apenas políticos e ricos proprietários. Por isso, pediam a “liberação de terras molhadas nos açudes construídos pelo Bolsão para o uso dos trabalhadores na produção de alimentos”. “garantias no uso da terra nos açudes públicos”. “financiamento para hortas comunitárias”²¹. entre outras exigências.

Modificar o curso tradicional dessas intervenções agrárias não era tarefa das mais fáceis. Isso fica bem explícito no usufruto do molhado do açude na colônia *Várzea do Boi*, localizada no município de Tauá. O projeto de irrigação, implantado pelo DNOCS, gerou bastante repercussão quando os “varzanteiros”, como eram conhecidos, passaram a denunciar os abusos que vinham sendo cometidos na colônia. Os técnicos e administradores do DNOCS foram os alvos centrais das incriminações.

Uma vez mais as famílias prejudicadas tiraram proveito da circulação de cartas para dar publicidade ao conflito. A equipe paroquial de Tauá somou forças à petição, dando não só apoio moral, como se servindo da comunicação com paróquias situadas na redondeza, resolvendo “comunicar esses fatos a todos os cristãos da Paróquia e da Diocese”:

Mais uma vez os colonos suspensos da *Várzea do Boi* escreveram a todos os companheiros e amigos que desde o começo tem se interessado e apoiado a sua luta para conseguir uma solução justa para aquela questão.²²

Dispondo dessa cobertura, as mensagens chegavam de forma mais rápida e a mais grupos, que imediatamente passavam a se sentir parte daquele conflito, oferecendo solidariedade ou algum tipo de ajuda:

E a coragem dos colonos que, ajudados por muitas comunidades da região, tiveram condição de resistir e procurar a justiça é um exemplo para todos que sofrem injustiça. A luta deles continua. A vitória deles é uma vitória e uma esperança para todos. Por isso vamos continuar unidos, ajudando, apoiando, e mandando nossa colaboração para que eles possam lutar até o fim.²³

O engajamento aumentava na medida em que outros grupos formalizavam algum tipo de cooperação. Por conseguinte, os Trabalhadores Rurais de Tauá fizeram enorme pressão no prefeito municipal. O pedido era que incluísse os “varzanteiros” no Plano de Emergência traçado para 1980, oferecendo “Bolsas Familiares” aos colonos.²⁴ Entretanto, o caso em *Várzea do Boi* durou muito anos, cheio de altos e baixos, ficando a cargo das *Cartas Abertas* o espaço de animação e detalhamento dos acontecimentos.

Quando no ano de 1979 pouco se falava da situação, Antonio Totó Ferreira, Francisco Correia de Oliveira e Luiz Gonçalves de Lima, que pertenciam às famílias prejudicadas, escreveram aos

20 O Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis foi criado em 1979, com a finalidade de realizar, apoiar, assessorar e orientar iniciativas que contribuam para a concretização dos Direitos Humanos nas sociedades. A organização atua como multiplicadora de denúncias dos casos de violação de direitos nas sociedades.

21 Serviço de Intercâmbio Nacional. Centro de Defesa dos Direitos Humanos/Grupo Ação, Justiça e Paz, Petrópolis, 06/07/1984. Acervo Comissão Pastoral da Terra.

22 Documento da Casa Paroquial, Tauá agosto/1979. Acervo Comissão Pastoral da Terra.

23 Carta Paroquial de Tauá. agosto/1978. Acervo Comissão Pastoral da Terra.

24 Documento ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Tauá, Ceará, Joaquim de Sousa Bastos, junho/1980. Acervo Comissão Pastoral da Terra.

“companheiros e amigos” para inteirá-los dos recentes desdobramentos. Descreviam o encaminhamento do processo na Justiça Federal, o acompanhamento do advogado, “fornecido pela Ordem dos Advogados”²⁵. relatavam as dificuldades na resolução das querelas e as falsas promessas por parte do DNOCS. Ainda assim, mantinham a esperança em um parecer favorável, principalmente pela fundamentação legal das suas queixas. Mostravam conhecimento do “Estatuto da Terra” e das suas garantias, o que fortalecia a esperança de um desfecho positivo.

A boa orientação dos “varzanteiros”, no que tange as garantias do Estatuto da Terra, não foi um fator excepcional entre os camponeses desses sertões. Nos estudos promovidos pelas CEBs, era comum o incentivo a leituras que abordassem essas temáticas. A cartilha de número 43, dos Cadernos Pastorais, ao abordar a chegada de mais um projeto agrário, o “*Projeto Nordeste*”, também conhecido como “*Nordestão*”, ilustra bem isso.

O *Projeto Nordeste (1980)*, citado anteriormente, nasce dessa mesma parceria com o Banco Mundial, implantado para substituir os projetos anteriores, considerados falidos. A novidade ficou pela destinação de recursos para os pequenos produtores, de forma a integrar os diversos problemas (terra, crédito, financiamento, recursos hídricos, etc) num todo. Para isso, uma das linhas de atuação do projeto era o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor, o PAPP (CERQUEIRA, 1988).

Em razão da divulgação do projeto, a produção da cartilha “*Reforma Agrária e o Projeto Nordeste*”, veio com a missão de elucidar a sua implicação na vida do camponês. Escrita de maneira didática e ilustrativa, reproduzindo os encontros nas comunidades, narra a história de trabalhadores desejosos por conhecer o *Projeto Nordeste*. A leitura do material buscava antecipar as intenções do programa, surtindo os camponeses de subsídios para lidar de modo mais consciente:

Compadre Pedro, eu ouvi, ontem, o rádio falar de um tal PROJETO NORDESTE, também chamado NORDESTÃO. O Governo tem muito dinheiro para isto.

- Como será este PROJETO?

- Será que vai chegar prá nós dessa vez ou, vai ser como os outros projetos dos governos passados?²⁶

A conversa entre Pedro e seu compadre aproxima a história do público leitor, ilustrando homens do campo com suas dúvidas, em um contexto agrário em que são costumeiramente preteridos pelas medidas governamentais. A sugestão na história é que o assunto fosse levado até as reuniões da comunidade, ambientando o enredo em um espaço particular e intimista, fomentador de debates que versam sobre o cotidiano desses sujeitos. Em um desses encontros, Inácio, mediador das discussões, tenta esclarecer as diferenças dessa nova proposta em relação às anteriores. O momento é recheado de perguntas, desconfiança e descrença sobre o motivo de criar mais um projeto, quem serão os técnicos e órgãos responsáveis, quais e quantas famílias seriam beneficiadas:

Inácio, você falou que ouviu os doutores dizerem que, nos primeiros cinco anos, o Nordestão só vai atender noventa e quatro mil famílias, no Ceará. Achei que são muito poucas, vendo este mundão de gente pobre que tem no interior.²⁷

25 Carta dos colonos suspensos do Projeto de Irrigação “Varzea do Boi”, agosto/1979. Acervo Comissão Pastoral da Terra.

26 Subsídios Populares, Nº43: Reforma Agrária e o Projeto Nordeste. Fortaleza: CNBB – Secretariado Regional Nordeste I. p.3. 30/06/1985.

27 Idem, p.19. 30/06/1985.

A intervenção no campo é vista de forma mais crítica, ponderando a falta de participação das pessoas que seriam beneficiadas, em uma proposta formulada por doutores, técnicos do Banco Mundial e ministérios governamentais. Nas palavras de Zeca, outro personagem, “O BANCO MUNDIAL decidiu que o PROJETO é bom para nós e nós nem vimos este PROJETO”²⁸. O enredo é dividido em sete encontros, cada um destrinchando os pontos mais fulcrais, entre eles: os objetivos, o público afetado, a metodologia e o financiamento. Ao final de cada ato, são feitas perguntas para serem discutidas pelos leitores, ou seja, um exercício de aplicação na vida real dos ensinamentos contidas na urdidura.

Com esse tipo de leitura, os participantes dessas reuniões estariam preparados ou pelo menos mais lúcidos sobre as implicações que esse tipo de ingerência rural poderia acarretar. Destarte, abordar assuntos alusivos a Reforma Agrária, ao Estatuto da Terra, a Lei da Renda, aos Programas Agrários, entre outros temas, foi um diferencial na organização das resistências. À vista disso, saber como e quando agir, quais os métodos mais eficazes, a quem recorrer, teve realmente um peso em alguns conflitos. A resistência foi animada, inclusive, pela literatura religiosa, impulsionada pelo viés da “não violência ou firmeza permanente”. Pensamento desenvolvido pelo clero católico-progressista – Dom Frágoso, Dom Helder Câmara, Dom Paulo Evaristo Arns e outros – entendia que as formas de organização poderiam ser praticadas a partir da “*não-violência-ativa*”, isto é, buscar a justiça social sem o uso imediato da força. O Secretariado Justiça e Não-Violência, criado para receber e transmitir notícias sobre ações e experiências de vários pontos do Brasil e do exterior, define no Livro Firmeza-Permanente, alguns armas para o combate político “não-violento”, entre eles o contato (o diálogo):

As ações de contato são variadas: visitas pessoais, cartas, relatórios escritos e pessoais. as visitas coletivas, de caráter amigável, de delegações, por exemplo: abaixo-assinados, pesquisas, tratados, anúncios, cartazes, informações à imprensa. reuniões, manifestações, encontros etc... Na maioria das vezes, o contato, ou diálogo, resolve, por si só, muitos problemas.²⁹

Longe de ser uma submissão covarde, a Firmeza-Permanente possui suas estratégias. Nos seus princípios, a luta não pode ser isolada, devendo “ser coletiva e organizada”. Existe também o momento da não cooperação, da desobediência civil, da greve, do boicote, fazendo com que ela não se restringisse a legalidade. O uso da violência não é descartado, pois excetuado todas as condições, sua utilização é lícita. O que é terminantemente proibido é a omissão.

Pela proximidade de Dom Frágoso com o pensamento, esse tipo de leitura era incentivado nas CEBs. Articulado com o método do Ver, Julgar e Agir, toda apreciação nos estudos deveriam ser alusivos à realidade. Em *Barra do Vento*, a invasão de cabeças de gado na roça de famílias no município de Tauá, mostra como esse tipo de leitura sucedia na prática.

Em dias do mês de junho de 1976, na roça do senhor Juvenal Amarante Cavalcante começou entrar 12 cabeças de gado, não prejudicando só ele, como também seis companheiros. Os prejudicados falaram diretamente com o encarregado e dizia que tivesse paciência que breve tomava providência.³⁰

28 Idem, p.16. 30/06/1985.

29 *O que é a não-violência*. In: Firmeza Permanente: A Força da não-violência. São Paulo: Edições Loyola/Vega, 1977, p.27.

30 Documentos Gerais. A preocupação de um agricultor, junho/1976. Acervo Comissão Pastoral da Terra.

Contudo, o tempo passou e o problema da invasão do gado não foi solucionado. Então, Juvenal Amarante e os seis companheiros prejudicados, todos associados ao sindicato dos Trabalhadores Rurais, reuniram-se no sindicato e resolveram mandar uma carta ao encarregado do fazendeiro, dono do gado, Sr. Manoel Sabiá, solicitando a tomada das providências cabíveis, caso contrário, seria solicitado uma indenização pelos prejuízos gerados. Sem resposta, e esgotada as medidas legais e de diálogo, os companheiros se prontificaram a fazer plantão na roça – entre eles, Dom Frágoso –, a fim de impedir a entrada do gado e pressionar seu dono. Os plantonistas apreenderam os animais na roça, mas soltaram 24 horas depois para não maltratá-los. Diante dos impasses, o dono procurou o sindicato “dizendo que o gado já havia sido retirado daquelas pastagens e já comprara arame para reformar todas as cercas”:

Este episódio foi considerado como um sinal concreto de que para a não-violência ou firmeza permanente não há bloqueios e que Deus diz que é preciso prosseguir no bom combate da libertação dos oprimidos e opressores.³¹ (grifo nosso)

Esse não é um movimento improvisado, e sim influenciado por ideias que potencializam um procedimento de defesa. Em muitos casos, numa linha “não violenta”, os resultados são mais eficientes. No exemplo citado, em face da inoperância do sindicato na mediação e da omissão do delegado na resolução, os companheiros prejudicados em *Barra do Vento* resolveram ir além da primeira investida, que é o contato (diálogo) e as vias legais, para uma nova fase. A ação “não violenta” exige “um treinamento tanto espiritual como prático, tanto místico como tático”, para cada caso existe um modo de enfrentamento, suas dificuldades e consequências.

4 Considerações finais

Em “*Formas Cotidianas de Resistência*”, James Scott afirma que “há uma história por escrever da resistência camponesa”. Ao estudar a aldeia de malaia, Sedaka, percebe grande diversidade nas formas de resistências, seja pela confrontação direta, mais organizada, sistemática e cooperativa, assim como pelas formas cotidianas de resistência, de pouca coordenação, com lutas prosaicas, mas constantes, algumas delas no anonimato, voltadas para a esfera local (SCOTT, 2002). O presente artigo buscou compreender a pluralidade nas resistências nos sertões de Crateús e Inhamuns, surgidas a partir da reflexão nos espaços comunitários da Diocese de Crateús. A conquista da palavra contribuiu para fomentar novas formas de resistir, ajudando homens e mulheres do campo a construir lutas e reivindicações mais organizadas, estratégias diferenciadas, modificando a lógica dos conflitos.

Ao trazer a conquista da palavra para a arena de conflitos, percebemos como os aspectos culturais transformam o olhar sobre esse contexto, fugindo da perspectiva reativa abordada nas resistências camponesas. Entendemos essas práticas culturais para além da identificação apenas, como pensa Natalie Davis, de mecanismos de resistência ou de submissão às formas vigentes de dominação, como reagem a eles ou entram em conflitos (DAVIS, 1990). Nossa proposta foi analisar a cultura camponesa como prática construída no cotidiano, fugindo do modelo reativo à opressão, por isso sua capacidade de resistir

31 Encontro com as comunidades, Tauá-CE, 30/08/1976. Acervo Comissão Pastoral da Terra.

de diferentes formas.

A cultura, manifestada pela conquista da palavra, influencia a lógica dos conflitos e possibilita a mudança social. O texto apresentado parte de uma pesquisa de mestrado em desenvolvimento, mas que já lança mão de importantes indícios na compreensão da lógica na resistência camponesa. Essas estratégias deliberadas no enfrentamento aos conflitos sociais contrapõem a visão “espasmódica” nas ações desses sujeitos, como bem pensa o historiador inglês Edward P. Thompson, no ensaio “*Economia Moral da Multidão*”, contido no livro “*Costumes em comum*”. Os camponeses resistem a partir do contexto, construindo ações compatíveis com o lugar que desejam alcançar, resistindo não simplesmente como reações desesperadas, mas como prática refletida e debatida. As cartas, os estudos das cartilhas, a reflexão a partir das bibliografias sugeridas nos encontros, exemplo da perspectiva da *Não-violência*, são alguns dos meios proporcionados pela conquista da palavra na diversificação das formas de resistência.

Referências

Fontes

Cadernos Pastorais, número, 24 e 60, 1984/86. CNBB.

Subsídios Populares, número 43, 1985. CNBB.

Localização: Plebeu Gabinete de Leitura.

Documentos Gerais. A preocupação de um agricultor, 30/06/1976.

Cartas Jornal “O Roceiro”, 1984/90.

Cartas Paroquiais da Diocese de Crateús, 1976/79.

Cartas Abertas e Pessoais, 1976/83.

Documento Frente Social Cristã, Crateús 19/03/1981.

Centro de Defesa dos Direitos Humanos/Grupo Ação, Justiça e Paz, 06/07/1984.

Localização: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Acervo Comissão Pastoral da Terra.

Bibliografia

BETTO, Frei. O QUE É COMUNIDADE ECLESIAL DE BASE. 6º ed. Brasiliense, São Paulo, 1986.

BEOZZO, José Oscar. Pacto das catacumbas: por uma igreja servidora e pobre. – São Paulo: Paulinas, 2015.

CALADO, Alder Júlio Ferreira et al. *Igreja de Crateús (1964 – 1998) – uma experiência popular e libertadora*. São Paulo, Loyola, 2005.

CÂMARA, Dom Helder. *A Pressão Moral Libertadora*. In: Firmeza Permanente: A Força da não-violência. São Paulo: Edições Loyola/Vega, 1977.

CERQUEIRA, Paulo C. L. “*A Seca no Contexto Social do Nordeste*”. In CPT/CEPAC/IBASE. O Genocídio do Nordeste (1979-1983). São Paulo: Mandacaru, 1989, p. 36.

DAVIS, Natalie Zemon. *Culturas do povo: Sociedade e cultura no início da França Moderna*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.

Dom Fragoso & Padre Alfredinho : entre nós / Orgs. Adelaide Gonçalves, Lucas Assis, Monyse Ravena, Romário Bastos, Salete Vale. – Fortaleza: Plebeu Gabinete de Leitura, 2020.

FRAGOSO, Antônio Batista. *O Rosto de uma Igreja*. São Paulo: Edições Loyola, São Paulo, 1982.

FRAGOSO, Antônio Batista. *Intinerário dos passos dados*. In: *Igreja de Crateús (1964 – 1998) – uma experiência popula e libertadora*. São Paulo, Loyola, 2005.

MAINWARING, Scott. *A Igreja Católica e a Política no Brasil (1916 - 1985)*. Tradução Heloisa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

LOWY, Michel. *O que é Cristianismo da Libertação: religião e política na América Latina*. – 2 ed – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2016.

OLIVEIRA, Francisco. *Elegia para uma re(li)gião*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PORTO, Márcio de Souza. *Dom Delgado na Igreja de seu Tempo (1963-1969)*. Fortaleza: UFC, 2007.

SCOTT, James. *Formas Cotidianas da Resistência Camponesa*. Revista Raízes, Vol. 21, nº 01, p.10-31, 2002.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Sobre o autor

Sávio Mendes – Universidade Federal do Ceará (UFC). Email para contato: saviomendes08@gmail.com

Como citar

MENDES, S. A conquista da palavra como forma de resistência na Diocese de Crateús. CENTÚRIAS - Revista Eletrônica de História, Limoeiro do Norte, v. 1, n. 3, 2023. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/centurias/article/view/11143>. Acesso em: 08 dez. 2023.